



“Há explicações para tudo”, afirmam advogados de Demóstenes

“Há explicações razoáveis, coerentes e, principalmente, verdadeiras” para todas as acusações contra o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO). É o que sustenta sua defesa, comandada pelo advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, em [memorial](#) entregue a senadores nesta segunda (9/7) e terça-feira (10/7).

O Senado se reunirá nesta quarta-feira (11/7) para decidir o futuro de Demóstenes, que é acusado de ser o braço parlamentar do grupo do empresário de jogos ilegais Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Os senadores votarão o relatório do senador Humberto Costa (PT-PE), que recomendou a cassação de Demóstenes e foi aprovado por unanimidade pelo Conselho de Ética no dia 25 de junho. Em uma enquete feita pelo jornal *Folha de S.Paulo*, 52 senadores afirmaram que votarão pela cassação.

No memorial de 32 páginas entregue aos parlamentares, os advogados afirmam que o senador foi investigado ilegalmente por mais de três anos e que “num futuro muito próximo” será reconhecida a “ilegalidade de todas essas escutas telefônicas tantas vezes mencionadas, quando a defesa finalmente mostrar as criminosas edições, supressões, os erros nas transcrições”.

A defesa se sustenta no fato de que o senador era efetivamente investigado e, como detentor de foro por prerrogativa de função, os autos das operações Vegas e Monte Carlo deveriam ser remetidos ao Supremo Tribunal Federal desde que ele passou a ser gravado em escutas telefônicas.

“Caso se aceite tamanho desprezo às prerrogativas de parlamentares, abre-se um precedente perigoso. Delegados, agentes de polícia e procuradores passarão a entabular estratégias com vistas a interceptar pessoas próximas a parlamentares. Amigos, assessores, familiares passarão a ser monitorados como um meio de gravar ‘fortuitamente’ parlamentares-alvos. A investigação policial será um instrumento de controle político, tal como ocorre em estados ditatoriais e totalitários”, afirma a defesa do senador.

Os advogados também criticam o que classificam como “estratégia vil” de vazamento de áudios para a imprensa com o objetivo de “aniquilar a imagem do parlamentar de forma gradual, cotidiana”. De acordo com a defesa, “nunca existiu até então um esquema tão coordenado, sistemático e estratégico de divulgação de conversas, vídeos, documentos e folhas de processos sigilosos com o claro intuito não apenas de constranger, humilhar, ultrajar a imagem de pessoas públicas, mas sim de manipular os rumos da política brasileira, de extorquir, de exercer uma pressão violenta e criminosa sobre o Judiciário e, também, sobre este digno Senado Federal”.

Sobre o mérito das acusações, os advogados afirmam que a representação do PSOL, que deu origem ao processo de cassação, baseia-se na acusação de que Demóstenes Torres recebia 30% do esquema de jogos ilegais de Cachoeira. De acordo com a defesa, o próprio procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou ter a convicção de que não há participação do senador com jogos ilegais.

A defesa responde, no memorial, a cada uma das acusações que pesam contra o senador. Por fim, afirma que Demóstenes Torres “teve a decência e a humildade” de reconhecer que recebeu presentes de um amigo, Carlinhos Cachoeira, e que atuou legalmente em favor de suas empresas. Mas que não cometeu



qualquer ilícito e que foi iludido pelo contraventor “ao longo de vários anos”.

Clique [aqui](#) para ler o memorial.

Date Created

10/07/2012